

A SUSTENTABILIDADE SOCIAL E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Amanda Napoleão das Flores Silva
amandanapoleao2025@8gmail.com

Guilherme Henrique da Silva Mendes
guilhermemendesghm7@gmail.com

Ana Carolina de Oliveira Ribeiro
anacarolinaoliveiraribeiro@gmail.com

Mariana dos Santos Macedo Figueiredo
mariana.santosmf7@gmail.com

David Chrystian Valentim Guimarães
davidchrystian9898@gmail.com

Sarah de Oliveira Dias
saraholiveira30.007@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo identificar, analisar e descrever os principais desafios da sustentabilidade social e dos objetivos de desenvolvimento sustentável no contexto organizacional. O estudo, baseado em ampla revisão bibliográfica e a partir de uma abordagem qualitativa, permitiu concluir que, entre os principais desafios organizacionais encontram-se a necessidade de mudança cultural para implementação de práticas sustentáveis, o equilíbrio entre lucro e responsabilidade social, a capacitação de profissionais especializados, a resistência a transformações estruturais e os riscos de práticas superficiais como o *greenwashing*. Por outro lado, entre as oportunidades encontram-se os *stakeholders*, os próprios Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, recursos humanos internos existentes, o Tripé da Sustentabilidade - *Triple Bottom Line* e as interações socioambientais, entre eles o recurso socioeconômico e a responsabilidade social, tanto como individual como empresarial de forma estratégica, de forma que promova o bem-estar coletivo e a equidade social.

Palavras-chave: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Sustentabilidade; Sustentabilidade Social;

ABSTRACT

Esta investigación tiene como objetivo identificar, analizar y describir los principales desafíos de la sostenibilidad social y de los objetivos de desarrollo sostenible en el contexto organizacional. El estudio, basado en una amplia revisión bibliográfica y a partir de un enfoque cualitativo, permitió concluir que, entre los principales desafíos

organizacionales, se encuentran la necesidad de un cambio cultural para la implementación de prácticas sostenibles, el equilibrio entre la rentabilidad y la responsabilidad social, la capacitación de profesionales especializados, la resistencia a transformaciones estructurales y los riesgos de prácticas superficiales como el greenwashing. Por otro lado, entre las oportunidades se encuentran los interesados, los propios Objetivos de Desarrollo Sostenible, los recursos humanos internos existentes, el Tripé de la Sostenibilidad - Triple Bottom Line y las interacciones socioambientales, entre las cuales se incluyen el recurso socioeconómico y la responsabilidad social, tanto a nivel individual como empresarial de manera estratégica, de modo que se promueva el bienestar colectivo y la equidad social.

Key-words: *Sostenibilidad social; objetivos de desarrollo sostenible; Sostenibilidad;*

1. INTRODUÇÃO

Esse TCC teve seu principal foco nos desafios da sustentabilidade social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, buscando entender a origem de seus conceitos, a evolução ao longo do tempo, para assim identificarmos os impedimentos, e quais persistem até os dias atuais, e como eles se relacionam entre si, para entendermos a real gravidade do problema.

Sustentabilidade, ou *sustentare* em latim, significa sustentar, assegurar, auxiliar, nutrir, proteger, conservar e garantir a vida, representando, portanto, a busca por um equilíbrio entre o desenvolvimento humano e a preservação dos recursos necessários à manutenção da existência no planeta. Nesse sentido, trata-se de um conceito amplo, que envolve não apenas a dimensão ambiental, mas também aspectos sociais, culturais e econômicos como a equidade socioeconômica, prosperidade econômica e justiça social (Boff, 2016).

Boff (2016) entende a sustentabilidade como um princípio que visa garantir a manutenção das condições da vida, em suas múltiplas dimensões, de modo a atender às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras. Assim, a sustentabilidade assume um caráter integrador, que articula responsabilidades éticas, sociais e coletivas na construção de um futuro mais justo.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, nesse contexto, surgem como uma agenda global estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), orientando políticas públicas, práticas empresariais e iniciativas sociais no enfrentamento dos principais desafios contemporâneos (ONU, 2015).

Os ODS incluem metas relacionadas à erradicação da pobreza, à promoção da igualdade social, ao acesso à educação de qualidade, à redução das desigualdades e ao

fortalecimento de comunidades sustentáveis, prevendo a mudança drástica dos ambientes menos desenvolvidos e buscando aprimorar tais localidades (ONU, 2015).

No âmbito da gestão de recursos humanos, tais objetivos podem representar a adoção de práticas organizacionais mais inclusivas, éticas e comprometidas com o bem-estar coletivo, promovendo a valorização do capital humano, a equidade nas relações de trabalho e o fortalecimento de uma cultura organizacional sustentável (Silva, 2024).

Dessa forma, esta pesquisa buscou identificar, analisar e descrever os principais desafios da sustentabilidade social, considerando os limites e as possibilidades de sua implementação em diferentes contextos. Pretende-se, portanto, refletir sobre como tais desafios impactam a sociedade contemporânea e de que maneira podem ser superados por meio de ações integradas entre Estado, mercado e sociedade civil.

Tal questão é particularmente importante para as organizações porque envolve a elucidação da continuidade da vida, não apenas para a humanidade. A adoção de práticas sustentáveis é essencial para as organizações, transformando a cultura organizacional e priorizando o bem-estar social e do planeta (Boff, 2016).

Para a sociedade é relevante uma vez que incentiva a inclusão social, a redução da desigualdade e o bem-estar do povo. Observa-se que a sustentabilidade social está intrinsecamente ligada à sustentabilidade ambiental, pois a comodidade do ser humano depende do equilíbrio ecológico (Boff, 2016).

Os pesquisadores selecionaram esse tema central, pois consideraram um assunto sensível para a sociedade do século XXI e para suas gerações futuras, tendo em vista que a sustentabilidade é de extrema prioridade para o desenvolvimento, o avanço e a preservação de recursos futuros, visando seu equilíbrio e necessidades do presente.

De acordo com a ONU (2015), a sustentabilidade é essencial para resolver diversos problemas que assolam o cotidiano do corpo social e seu ambiente, como falta de recursos naturais e mudanças climáticas.

As propostas presentes em nosso artigo científico é verificar em que medida, ou de que forma, a Sustentabilidade Social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pode nos ajudar a analisar e descobrir os contratempos que as empresas enfrentam, sendo eles, problemas sociais, culturais, ambientais ou organizacionais tendo o foco crucial os seus desafios.

Foi também necessário compreender os tópicos como um todo, estudando-os de forma geral, não nos agarrando a uma única área ou autor, e sim, buscando o máximo de conhecimento que nos foi possível alcançar para cumprir nossos objetivos. De tal forma

que, após imensa consideração e pesquisa, nos foi capaz de concluir esse artigo científico com os resultados de nosso esforço.

A pesquisa – Sustentabilidade Social e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável partiu da suposição de que esses temas estão intrinsecamente ligados, considerando que os ODS foram criados em 2015 com a finalidade de promover avanços na sustentabilidade, sobretudo na dimensão social, gerando impactos em diversas áreas, especialmente na organizacional.

Após os aspectos introdutórios sobre sustentabilidade, ODS e tudo que a engloba, o artigo científico foi estruturado da seguinte forma: A revisão bibliográfica, conceito de sustentabilidade, sustentabilidade social, a administração, gestão de pessoas e a sustentabilidade social, a Organização das Nações Unidas, os ODS, a Sustentabilidade Social e seus principais desafios, metodologia utilizada, pesquisa e conclusão.

A pesquisa tomou como base uma ampla revisão bibliográfica, caracterizada por leitura, compreensão dos textos científicos, inspeção e análises críticas sobre os conceitos e concepções dos autores sobre os temas, para que assim, garantir que o artigo seja coerente, conciso e educativo.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica pode ser conceituada como a visão de outros autores sobre determinado tema. Tal revisão representa o embasamento de trabalhos de cunho científico, no qual são analisadas pesquisas já realizadas, sendo a base de qualquer projeto acadêmico (Cruvinel *et al.*, 2023).

Mais do que uma simples compilação de ideias, a revisão bibliográfica envolve a interpretação, avaliação e problematização das obras consultadas, configurando-se como um instrumento de orientação teórica, evitando desvios conceituais e assegurando a construção de um trabalho coeso e consistente (Campos *et al.*, 2023).

O conceito de sustentabilidade vem sendo discutido em diferentes áreas do conhecimento e, ao longo do tempo, ampliou-se para além da dimensão ambiental, passando a englobar aspectos econômicos, culturais, políticos e sociais.

Assim a sustentabilidade social está diretamente vinculada à promoção da justiça social e à garantia de condições dignas de vida para todos os indivíduos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, pensar em desenvolvimento sustentável implica necessariamente considerar a equidade como fundamento (Lourengo; Carvalho, 2013).

Boff (2016) amplia a compreensão do conceito ao destacar que a sustentabilidade deve ser entendida como um princípio que assegura a continuidade da vida em suas múltiplas dimensões, incluindo a social, a cultural e até mesmo a espiritual. Para o autor, não é possível alcançar a sustentabilidade apenas pela preservação ambiental, mas pela construção de relações solidárias, éticas e responsáveis, capazes de promover transformações coletivas.

No cenário global, a Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) estabeleceu a Agenda 2030, composta pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esses objetivos reforçam a centralidade da sustentabilidade social ao propor metas como erradicação da pobreza, redução das desigualdades, acesso universal à educação de qualidade e fortalecimento das comunidades sustentáveis.

A Agenda 2030, portanto, constitui um marco político e social que orienta governos, empresas e sociedade civil em torno da construção de um futuro mais inclusivo e justo, capaz de compreender e enfrentar os desafios globais de forma integrada com a promoção de um desenvolvimento equilibrado, sustentável e centrado na dignidade humana.

Segundo Jacobi (2003), um dos maiores desafios para a efetivação da sustentabilidade social está relacionado à superação das desigualdades estruturais que marcam a sociedade. A concentração de renda, a exclusão social e a precarização do trabalho são fatores que comprometem a consolidação de políticas sustentáveis.

Nesse contexto, observa-se a gestão de pessoas como elemento central na promoção social, pois considera a valorização do capital humano, o incentivo à diversidade e a criação de ambientes inclusivos de trabalho não apenas fortalecedores para as organizações, mas também contribuintes para a construção de uma sociedade mais equitativa (Chiavenato, 2000).

Assim, a gestão de pessoas pode atuar como mediador entre as demandas sociais e os objetivos institucionais, promovendo práticas que dialogam com os princípios do desenvolvimento sustentável como a valorização da diversidade, o investimento em capacitação contínua, a promoção de ambientes de trabalho inclusivos e saudáveis, além do incentivo à responsabilidade social no cotidiano organizacional.

Dessa forma, observa-se que a literatura sobre sustentabilidade social converge na compreensão de que os principais desafios estão relacionados à redução das desigualdades, à efetivação dos direitos sociais e à integração de diferentes atores Estado, mercado e sociedade civil na construção de soluções coletivas. Tais desafios exigem não apenas

políticas públicas consistentes, mas também engajamento ético e social de todos os segmentos da sociedade.

2.1 – SUSTENTABILIDADE

O termo sustentabilidade tem origem no latim *sustentare*, que, em seu sentido passivo, remete a ações como sustentar-se, equilibrar-se, conservar-se e manter-se. Já em um sentido ativo, a palavra está relacionada à ação de sustentar, isto é, conservar, manter, nutrir, alimentar, fazer prosperar, garantir a subsistência e a vida (Boff, 2016).

Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, apresentou o relatório *Nosso Futuro Comum*, indicando que o “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende às necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

Para Boff (2016), esse conceito dado pela ONU é limitado por sua perspectiva antropocêntrica, centrada apenas no ser humano. O autor destaca que essa visão ignora a interdependência entre os seres vivos, os biomas, os microrganismos e os ecossistemas. Portanto, ele propõe um conceito mais amplo, que sustenta todos os seres e a continuidade do processo evolutivo: a Terra viva.

Para Lélé (1991, *apud* Silva; Leão, 2020), há inconsistente interpretação e aplicação, alto grau de ambiguidade do conceito, incluindo uma percepção incompleta dos problemas de pobreza, degradação ambiental e o papel do crescimento econômico. Tendo em vista disso, o pesquisador observou que tem causado mal entendimento do seu conceito.

Segundo Barbieri e Silva (2011, p. 70), que falam sobre o uso da expressão “desenvolvimento sustentável”, explicam a operação linguística nessas situação:

“A substituição da expressão desenvolvimento sustentável pela palavra sustentabilidade não é mera operação linguística. Nessa expressão, desenvolvimento é um substantivo concreto, adjetivado pela palavra sustentável, de modo que o que importa é o desenvolvimento entendido como melhoria da qualidade de vida de todos os humanos, o que significa o provimento de justiça social, obtido de modo que respeite as condições e características do meio ambiente como um legado às futuras gerações para que elas possam prover suas subsistências com qualidade de vida. Sustentabilidade, um substantivo abstrato, já não carrega mais as questões relativas ao desenvolvimento e, entre elas, as ideias de

projetos políticos conduzidos pelo interesse público.”
(2011, p. 70)

Gadotti (2008) propõe uma concepção ainda mais ampla de sustentabilidade, que transcende a simples preservação dos recursos naturais ou a viabilidade de um modelo de desenvolvimento não agressivo ao meio ambiente. (Silva; Leão, 2020 *apud* Gadotti, 2008).

Para o autor, ser sustentável é também alcançar equilíbrio consigo mesmo, com o planeta e com o universo, integrando elementos filosóficos e existenciais que envolvem a reflexão sobre quem somos, de onde viemos e para onde vamos como seres humanos. (Silva; Leão, 2020 *apud* Gadotti, 2008).

Para Marujo (2022, p. 16) a “verdadeira sustentabilidade está em nós, humanos; está na nossa capacidade potencial de pensar e agir sustentavelmente”, principalmente em relação às “problemáticas constantes advindas do mundo contemporâneo e que tanto precisam ser convertidas em oportunidades para a melhoria socioambiental”.

2.2 – SUSTENTABILIDADE SOCIAL

A expressão sustentabilidade social se popularizou com o economista inglês John Elkington, em 1990, sobre as dimensões do desenvolvimento sustentável, dividido em ambiental, econômico e social. Para ele, no *Triple Bottom Line*, a organização deve buscar conciliar prosperidade econômica, preservação ambiental e justiça social (Lourenço; Carvalho, 2013).

Lourenço e Carvalho (2013) destacam que a expressão sustentabilidade social passou por diferentes conceitos durante as últimas décadas, notadamente a partir de 1990. As organizações e seus gestores devem buscar informações e dar mais atenção às questões sociais envolvidas.

Revelam Foladori e Tommasino (2000, *apud* Lourenço; Carvalho, 2013) que, na década de 1990, a expressão sustentabilidade social era frequentemente utilizada de forma estratégica. Não como um compromisso genuíno com a equidade, mas como um discurso para legitimar ações focadas prioritariamente na sustentabilidade ecológica.

Para Foladori (2002, *apud* Lourenço; Carvalho, 2013), ao longo de três décadas — de 1980 até 2000 — o debate sobre sustentabilidade social concentrou-se principalmente na relação entre pobreza e crescimento populacional, tendo como principais objetivos a redução da miséria e o controle demográfico.

Apesar de diversos modelos de sustentabilidade social terem sido apresentados ou elaborados, é importante destacar que nenhum deles conseguiu abranger sozinho todas as

nuances, conceitos e componentes desse tema, uma vez que o tema sustentabilidade social ainda está em desenvolvimento. (Lourenço; Carvalho, 2013).

Diante disso, o modelo sugerido por Labuschagne, Brent e Erck (2004, *apud* Lourenço; Carvalho, 2013) e Labuschagne e Brent (2005, *apud* Lourenço; Carvalho, 2013) se destaca como uma alternativa relevante, uma vez que engloba as diferentes proporções identificadas em modelos anteriores e inovar com a participação de stakeholders (Lourenço; Carvalho, 2013).

Para Labuschagne, Brent e Erck (2004, *apud* Lourenço; Carvalho, 2013) e Labuschagne e Brent (2005, *apud* Lourenço; Carvalho, 2013), o modelo Tripé da Sustentabilidade é uma ferramenta útil para a aplicação do conceito de sustentabilidade, pois abrange a interdependência dos três pilares, promovendo um desenvolvimento equilibrado e duradouro, ou seja, uma resposta eficaz aos desafios do desenvolvimento sustentável..

Evidencia-se que a sustentabilidade social se destaca habitualmente na arena acadêmica, social, ambiental e midiática, sendo um fator essencial ao desenvolvimento sustentável, pois busca a criação igualitária, harmônica e justa da condição de vida a todos os indivíduos (Labuschagne; Brent, 2005, *apud* Lourenço; Carvalho, 2013).

Na arena acadêmica, pesquisas e debates tornaram-se frequentes e populares entre estudantes, universitários e centro de estudos que abrangem o conceito de sustentabilidade além do meio ambiente. A partir de desafios sociais, surgiram estudos de ecossistemas de inovação social, os chamados EIS (Andion *et al.*, 2020).

Esses estudos mostraram a necessidade de abranger a compreensão sobre as formas de transmitir as inovações sociais para além das experimentações locais, pretendendo compreendê-las como processo territorialmente articulado, com potencial concreto de influenciar trajetórias de desenvolvimento (Andion *et al.*, 2020).

No cenário ambiental, a resistência às diversas exigências de preservação e conservação reflete tanto o mundo material quanto o simbólico. As mudanças e transformações vividas nele expressam, em parte, forças psicossociais e culturais enraizadas nas memórias coletivas de indivíduos, grupos e sociedade (Fiscina, 2022).

As conferências da ONU Eco-92 e Rio + 20 estabeleceram referências importantes para o debate ambiental, como foco na Agenda 21, mudanças climáticas, biodiversidade e Desenvolvimento Social. A Rio+20 destacou a economia verde e o combate à pobreza, apesar de não ter gerado consenso conceitual sobre o termo (Fiscina, 2022).

Na esfera midiática, os desafios sustentáveis têm se tornado temas de debates em eventos internacionais, nos canais de comunicação social, política e na ciência. Alguns

exemplos desses eventos são as conferências da ONU em Estocolmo (1972), Tbilisi (1977), Rio de Janeiro (1992), Thessaloniki (1997), Johannesburgo (2002) e Sulaiman (2011).

Nascimento (2012) ressalta que a sustentabilidade social pretende construir sociedades mais abrangentes e equilibradas com equidade de oportunidades de formação como um agente de mudança na sociedade, pois vai além da simples distribuição de recursos ou oportunidades.

Para ele, envolve a criação de um ambiente onde todas as pessoas possam desenvolver seu potencial ao máximo, com igualdade de condições e acesso a serviços essenciais como educação, saúde e emprego, sendo uma questão fundamental para o avanço da sociedade e de seus indivíduos.

Neste contexto, observa-se que a sustentabilidade é condizente ao crescimento econômico baseado na justiça social e eficiência no uso de recursos naturais, também priorizando o bem estar e a dignidade humana, não apenas para a sociedade atual, mas também para as futuras gerações. (Lozano, 2012, *apud* Sartori *et al.*, 2014).

2.3 – ADMINISTRAÇÕES, GESTÃO DE PESSOAS E SUSTENTABILIDADE SOCIAL

A Administração, de uma forma geral, e a Gestão de Pessoas, em particular, desenvolvem atividades com impacto direto na sustentabilidade social, à medida que ambas se relacionam com a promoção de ambientes organizacionais mais justos, éticos e inclusivos, capazes de impactar positivamente a sociedade (Oliveira, 2008).

A relação entre administração e sustentabilidade social se estabelece pelo foco comum na gestão responsável de recursos humanos, financeiros e ambientais. Isso implica na tomada de decisões integradas que visam a criação de ambientes de trabalho mais justos, o incentivo à equidade social e a responsabilidade empresarial, ampliando os impactos para além do âmbito organizacional (Abdo, 2023).

Segundo Abdo (2023, *apud* Lourenço *et al.*, 2024):

“As práticas das estratégias organizacionais de sustentabilidade alinhadas aos objetivos da Agenda 2030 é um tópico importante e complexo, sobre o conjunto de metas e objetivos globais estabelecidos para a sustentabilidade pela comunidade internacional, evoluindo a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS das Nações Unidas demanda uma ação decidida e coordenada entre as organizações, envolvendo diversas dimensões. Primeiramente, é necessário compreender que a sustentabilidade vai além da Responsabilidade Social

Corporativa – RSC” (Abdo, 2023, *apud* Lourenço *et al.*, 2024).

A Administração, nesse contexto, é um instrumento fundamental para a implementação de estratégias de sustentabilidade social, assegurando que os negócios e instituições sejam economicamente viáveis sem comprometer a justiça social e o bem-estar coletivo. O modelo defendido por Labuschagne *et al.*, (2005) reforça essa visão, ao buscar equilibrar desempenho econômico, responsabilidade social e preservação ambiental.

Chiavenato (2000, p. 5) ressalta que “a tarefa básica da Administração é a de fazer as coisas por meio das pessoas de maneira eficiente e eficaz”. Esse entendimento amplia-se quando relacionado à sustentabilidade social, pois a gestão não se limita à eficiência administrativa, mas incorpora também a responsabilidade com o desenvolvimento humano, a qualidade de vida e a equidade social..

Nesse sentido, Lourenço e Carvalho (2013) destacam alguns aspectos essenciais para a efetivação da sustentabilidade social no seu sentido amplo, sendo eles a promoção dos direitos humanos, o acesso a serviços básicos, a redução das desigualdades, a justiça social, a educação e a capacitação.

Direitos humanos e oportunidades devem promover a equidade de gênero, a diversidade e o respeito às diferenças culturais, além de fomentar a inclusão, garantindo que todos possuam acesso igualitário a recursos e oportunidades. Essas ações são cruciais para a evolução de nossa sociedade para a construção de uma mais justa e igualitária (Lourenço; Carvalho, 2013).

Acesso a serviços essenciais constitui um pilar fundamental para a garantia de direitos básicos, englobando saúde, educação, moradia, transporte e segurança. Paralelamente, condições dignas de trabalho exigem a promoção de empregos íntegros, o respeito às leis trabalhistas e o combate sistemático à exploração laboral (Lourenço; Carvalho, 2013).

A redução da pobreza e da desigualdade demanda a implementação de políticas eficazes que assegurem uma distribuição justa de oportunidades, além de soluções sustentáveis para enfrentar as adversidades socioeconômicas, promovendo a participação de todos os setores da sociedade para ajudar na causa (Lourenço; Carvalho, 2013).

A justiça social, ao debater questões fundamentais sobre valores sociais, prepara a sociedade para o combate às desigualdades estruturais, promovendo a solidariedade e a cooperação por meio de ações coletivas, melhorando sua manutenção de qualidade de vida, estimulando o lazer, educação e cultura à sua comunidade (Lourenço; Carvalho, 2013).

A educação e capacitação representam pilares fundamentais para o desenvolvimento humano integral, exigindo investimentos robustos em sistemas educacionais de excelência e na criação de oportunidades contínuas para o crescimento pessoal e profissional (Lourenço; Carvalho, 2013).

A sustentabilidade social é resultado da valorização das empresas e de seus negócios, consciência ambiental da sociedade e do ambiente político e corporativo, fortalecimento das organizações sociais e ONGs, capacitação social e promovendo um impacto positivo para futuras gerações (Costa, 2023).

A sustentabilidade social também se conecta ao enfrentamento de desigualdades ambientais. No Brasil, problemas como pobreza, poluição, analfabetismo e falta de acesso a serviços básicos geram situações de racismo ambiental, definido por Herculano (2006) como injustiças socioambientais que afetam de maneira desproporcional comunidades vulnerabilizadas.

O racismo ambiental abrange o que diz respeito às injustiças sociais e ambientais que produzem impacto descomunal sobre comunidades vulnerabilizadas e de baixa classe social, não se configurando apenas por ações que tenham intenções racistas, mas também por ações que tenham impacto racial, não importando de onde se originou (Herculano, 2006).

De acordo com Araújo *et al.* (2024),

“O racismo ambiental é apresentado como uma forma contemporânea de manifestação do racismo e da discriminação racial que marca a vida das pessoas em seus territórios. Além da dinâmica climática e formas de atualização do racismo, é apresentada a compreensão sobre o papel que o Estado exerce na sociedade brasileira e nos espaços decisórios em relação às emergências climáticas, problematizando o termo justiça ambiental como forma de invisibilizar o fundamento racial, combinado aos fatores econômicos e de gênero da crise ambiental e climática e das possíveis soluções para o quadro de calamidade mundial.” (Araújo *et al.*, 2024).

A Injustiça ambiental é determinada, integralmente, segundo Rede Brasileira de Justiça Ambiental, (RBJA, 2004, *apud* Cartier *et al.*, 2009) pelo

“Mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações

marginalizadas e vulneráveis.” (RBJA, 2004, *apud* Cartier *et al.*, 2009).

Apesar dos avanços, o Brasil ainda enfrenta diversos desafios na promoção da sustentabilidade social. A desigualdade de renda, a falta de acesso a serviços básicos em algumas regiões e a degradação ambiental são obstáculos significativos para seu desenvolvimento, tornando a sustentabilidade social cada vez mais complexa e multifacetada (Mello; Mello, 2018).

Superar esses obstáculos exige investimentos contínuos em educação, políticas inclusivas, participação comunitária e o comprometimento governamental com o bem-estar populacional, sendo necessário implementar ações políticas públicas eficazes e programas sustentáveis que atendam a necessidade da sociedade e de seus setores (Mello; Mello, 2018).

As empresas desempenham, como agentes econômicos, um papel crucial na sustentabilidade social, adotando práticas éticas, promovendo equidade e segurança no trabalho, e apoiando os projetos sociais e educacionais, como por exemplo, programas de Responsabilidade Social Corporativa - RSC, doações para projetos sociais e ambientais, patrocínio de eventos comunitários e investimentos para programas de desenvolvimento comunitário (Mello; Mello, 2018).

Como esses empreendimentos não apenas beneficiam a comunidade, mas também fortalecem sua reputação e cooperam para um ambiente de negócios mais sustentável, ao adotar essa abordagem, as empresas não apenas atendem às demandas de consumidores e investidores mais conscientes, mas também constroem uma imagem positiva e duradoura, além de fortalecer a sua posição no mercado (Mello; Mello, 2018).

Empreendimentos com foco em sustentabilidade podem gerar valor compartilhado, ou seja, benefícios tanto para a empresa quanto para a sociedade. A citação de Mello (2017) enfatiza que esses empreendimentos não devem ser vistos apenas como ações filantrópicas, mas como investimentos estratégicos que geram valor a longo prazo para a empresa e para a sociedade (Mello; Mello, 2018).

Mello e Mello (2018) destacam que

“A responsabilidade social das organizações não pode ser reduzida a mais uma inovadora ferramenta de *marketing*, mas ser ampliada para um novo modelo de comportamento de gestão de negócio, que, em sua essência, resgata valores humanos universais, pressupõe a tomada de decisões de maneira ética, preservando interesses de todas as partes direta ou indiretamente envolvidas no negócio, assim como interesses de toda a

sociedade, numa relação na qual todos podem ganhar: sociedade e organizações” (Mello; Mello, 2018).

2.3 – ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

A Organização das Nações Unidas - ONU é um órgão internacional criado após a Segunda Guerra Mundial, considerado fundamentalmente um pilar de cooperação pela união, segurança e desenvolvimento sustentável. Sua criação representou um marco histórico na tentativa de evitar novos conflitos globais e fomentar a cooperação entre os países, promovendo uma paz duradoura (Guitarrara, 2021).

A ONU evoluiu continuamente por anos, tendo como objetivo manter a paz, a cooperação e harmonia entre os países. Atualmente, desempenha um papel central em ações voltadas para a resolução de crises globais, como mudanças climáticas, pobreza, desigualdade e conflitos armados, contribuindo para a solução dos problemas mundiais por meio do diálogo da diplomacia, debates e criação de políticas de alcance internacional (Guitarrara, 2021).

O órgão internacional é integrado por 193 países, entre eles o Brasil. Os Estados são reconhecidos como membros por decisão da Assembleia Geral, sob recomendação do Conselho de Segurança e conforme os princípios estabelecidos em sua Carta de Fundação das Nações Unidas, criada no ano de 1945, o Brasil sendo um dos países contribuintes para a retificação dela (Scabin, 2023).

A ONU é constituída pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Segurança, pelo Conselho Econômico e Social (ECOSOC), pelo Conselho de Tutela, pelo Tribunal Internacional de Justiça e o Secretariado, chefiado pelo Secretário-Geral. Cada um desses órgãos desempenha funções específicas dentro da organização, colaborando para a promoção da paz, da segurança, do desenvolvimento sustentável e do respeito aos direitos humanos (Scabin, 2023).

De acordo com a Carta das Nações Unidas, compete à ONU intermediar e fortalecer relações cordiais entre os países, promovendo a cooperação internacional. A organização também atua na busca por soluções para problemas globais e na articulação de ações conjuntas. Seu papel é agregar as nações em torno de objetivos comuns, como paz, segurança e desenvolvimento sustentável (Scabin, 2023).

De acordo com a Carta das Nações Unidas, compete à ONU intermediar e fortalecer relações cordiais entre os países, promovendo a cooperação internacional. A organização também atua na busca por soluções para problemas globais e na articulação de ações conjuntas. Seu papel é agregar as nações em torno de objetivos comuns, como paz, segurança e desenvolvimento sustentável (Scabin, 2023).

A ONU criou as agendas globais com o objetivo de fortalecer o compromisso internacional com o desenvolvimento sustentável. Essas agendas reúnem diretrizes voltadas à erradicação da pobreza, à proteção ambiental e à promoção de sociedades justas e inclusivas. Servem como base para que os países alinhem suas políticas a metas comuns. A Agenda 2030, por exemplo, define 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS com prazos e metas claras (ONU, 2015).

Em 2015, a ONU lançou a Agenda 2030 durante conferência realizada em sua sede, em Nova York (EUA). O documento traça os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), visando orientar políticas públicas e ações internacionais. Seu foco é promover uma economia justa, ambientalmente responsável e socialmente inclusiva. A Agenda 2030 busca garantir o bem-estar das gerações atuais e futuras, com metas como erradicar a pobreza e proteger o planeta até 2030 (ONU, 2015).

Sobre a Agenda 2030, a ONU explica tratar-se de

“Um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2015).

2.4 – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Os ODS são um conjunto de objetivos criados pela ONU, em 2015, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões: social, econômica e ambiental, visando melhorar o mundo de uma forma mais sustentável e consciente, buscando promover a paz e a prosperidade até 2030 (ONU, 2015).

Com prazo estipulado para 2030, os ODS representam um compromisso global assumido por todos os países-membros da ONU, que podem acompanhar o progresso dessas metas por meio do site oficial da organização, fortalecendo ações coordenadas para a promoção de sociedades justas, sustentáveis e resilientes (ONU, 2015).

Sobre os ODS, a ONU (2015) explica as intenções de seus objetivos socioambientais e econômicos, criados com tais necessidades em mente:

“Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as

Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil” (ONU, 2015).

Entre os principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecido pela ONU (2015) estão os elementos essenciais para sustentabilidade social, que constituem o foco deste estudo. Entre eles temos a erradicação da pobreza (ODS 1), fome zero e agricultura sustentável (ODS 2), acesso à saúde (ODS 3) e educação de qualidade (ODS 4). Esses pilares são fundamentais para garantir a dignidade humana e criar condições básicas de vida para todos os povos, especialmente os mais vulneráveis (ONU, 2015).

A igualdade de gênero (ODS 5) e o acesso à água limpa (ODS 6) e à energia sustentável (ODS 7) também são prioridades, reforçando a justiça social, a inclusão e o respeito aos direitos fundamentais. Esses objetivos ligam-se tanto à sustentabilidade social, quanto à ambiental, uma vez que tratam do uso equitativo e responsável dos recursos naturais (ONU, 2015).

No âmbito da sustentabilidade econômica, destacam-se elementos como o trabalho decente e o crescimento econômico inclusivo (ODS 8), além da inovação, infraestrutura e industrialização sustentável (ODS 9). Tais ações contribuem para o fortalecimento das economias, a geração de oportunidades e a redução do desemprego e das desigualdades (ONU, 2015).

A promoção de cidades e comunidades mais sustentáveis, seguras e inclusivas (ODS 11), com melhor acesso à moradia, transporte, saneamento e qualidade de vida urbana, está diretamente ligada tanto à sustentabilidade social quanto ao planejamento ambiental de forma integrada e estratégica (ONU, 2015).

Na dimensão ambiental, os ODS enfatizam a urgência de um consumo e produção responsáveis (ODS 12), ações eficazes contra as mudanças climáticas (ODS 13), e a preservação dos ecossistemas aquáticos (ODS 14) e terrestres (ODS 15). Essas metas reforçam a necessidade de proteger os recursos naturais e garantir a sustentabilidade do planeta para as futuras gerações (ONU, 2015).

Por fim, todos esses esforços precisam ser sustentados por um compromisso coletivo e coordenado, representado pelo ODS 17, que trata da cooperação global e parcerias eficazes. Ele é um objetivo transversal, essencial para a implementação das ODS por meio de políticas integradas, justiça e solidariedade entre as nações (ONU, 2015).

2.5 – SUSTENTABILIDADES SOCIAIS NAS ORGANIZAÇÕES E SEUS PRINCIPAIS DESAFIOS

Segundo o Sebrae (2023), a sustentabilidade empresarial refere-se ao conjunto de ações e políticas adotadas pelas empresas para atuarem de maneira consciente, com base em atitudes éticas, crescimento econômico, respeito ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Essa estratégia é voltada para o desenvolvimento a longo prazo, promovendo práticas sustentáveis tanto na produção quanto na prestação de serviços. Seu foco está em gerar impactos positivos nas áreas econômica, ambiental e social, por meio do uso consciente de recursos, valorização das pessoas e equilíbrio entre lucro e responsabilidade (Sebrae, 2023).

Historicamente, a população não percebia a manipulação do sistema econômico para estimular níveis de consumo exagerado, denominado hiperconsumo, que gera uma percepção distorcida sobre a necessidade de bens materiais. O gasto excessivo em produtos supérfluos caracteriza o consumismo e o hiperconsumismo, nos quais o consumo se torna compulsivo ou patológico (Moura; Pompeo, 2015, *apud* Ferreira *et al.*, 2019).

Contudo, diferentemente do passado, os consumidores têm demonstrado maior preocupação com o meio ambiente em suas escolhas de consumo, reflexo do crescente número de sujeitos ecológicos na sociedade. O novo perfil de consumidor valoriza produtos de organizações com reputação de confiança e responsabilidade social e ambiental (Silva; Lopes, 2014).

Segundo Ashley (2005), responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela.

De acordo com a autora, a organização, nesse sentido, assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos. Assim, numa visão expandida, responsabilidade social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade (Ashley, 2005).

Segundo Sebrae (2023), a responsabilidade social deve ser tratada como compromisso contínuo, integrado à gestão das empresas. Além de melhorar a imagem institucional, ela gera vínculos sólidos com consumidores e contribui para uma sociedade mais ética e justa.

Essa mudança de perspectiva decorre do entendimento de que as empresas deixaram de ser instituições puramente econômicas, focadas apenas na geração de lucro, para assumirem papéis ativos na promoção da riqueza coletiva e do bem-estar geral, tornando-se também instituições sociais e políticas (Schroeder; Schroeder, 2007).

Além disso, parte-se do princípio de que as empresas administram grandes volumes de recursos financeiros e, portanto, é legítimo que o Estado, em articulação com elas e com a sociedade, estabeleça mecanismos para que parcela desses recursos seja revertida em ações de colaboração com a sustentabilidade, fortalecendo o compromisso social (Schroeder; Schroeder, 2007).

Contudo, Borger (2013) alerta que muitas organizações direcionam esforços apenas para exibir que são “socialmente responsáveis” e “sustentáveis”. Como observa a autora, “os gestores recebem uma avalanche de informações, banalizando as práticas e as políticas de responsabilidade social e os processos de gestão”, o que faz com que as organizações se preocupem mais em mostrar que são responsáveis do que efetivamente integrar essas dimensões em sua atuação estratégica,

A implementação da sustentabilidade nas empresas enfrenta diversos desafios, entre eles a mudança cultural organizacional, a gestão de programas de sustentabilidade e a escassez de profissionais especializados. Esses obstáculos podem comprometer o alcance dos objetivos ambientais, sociais e econômicos das organizações (CONCUR, 2022).

A pesquisadora afirma que, assim, práticas sustentáveis contribuem para a performance econômica das organizações ao promoverem eficiência operacional, redução de riscos e fortalecimento da imagem institucional. Além disso, favorecem a atração de investimentos, a fidelização de clientes e o posicionamento competitivo, sendo compreendidas como um diferencial estratégico no longo prazo.

Sustentabilidade é o poder de respirar a pureza da vida através do mundo em sua totalidade, empreendendo de forma orgânica e dinamizadora as suas dimensões - política, social, econômica, ambiental e cultural - na constante busca pela empatia, eficácia, eficiência, viabilidade e engajamento por ações e atividades em benefício de um ecossistema local e global mais digno e melhor para tudo e para todos (Marujo, 2022, p. 4).

No Brasil, empresas utilizam a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) como estratégia de legitimação política, colaborando com o Estado e fortalecendo sua imagem institucional (Bittar-Godinho, 2019). Zhao (2012) complementa essa perspectiva ao destacar que tais práticas envolvem o uso de políticas públicas existentes, o desenvolvimento de soluções inovadoras e a atuação de fundações corporativas, ampliando a capacidade do Estado em enfrentar desafios sociais.

Apesar dos benefícios, a RSE enfrenta obstáculos como o equilíbrio entre lucro e responsabilidade, resistência cultural, custos operacionais e necessidade de reestruturação organizacional, dificultando seu reconhecimento como valor estratégico e exigindo mudanças institucionais profundas (Melo & Garrido, 2012, *apud* Oliveira; Da Cunha, 2019).

3. METODOLOGIA

A metodologia trata de um conjunto de procedimentos e técnicas, baseados na racionalidade, operacionalidade e fatos, sendo um elemento fundamental do processo de investigação e conhecimento científico, que permite acesso às relações das causas frequentes dentre os fenômenos (Severino, 2017).

Marconi e Lakatos (2003) definem o método científico como um conjunto de atividades metódicas, que de forma segura e de forma mais precisa, nos permite alcançar com o conhecimento válido e autêntico, auxiliando na distinção de erros, mapeando o caminho a traçar e decisões a tomar.

3.1– ABORDAGEM QUALITATIVA

Segundo Rodrigues (2016), a pesquisa qualitativa visa compreender a pluralidade de significados e sentidos que evidenciam as particularidades dos indivíduos no convívio social, já que a caráter complexo e extenso de dimensão não pode ser de fácil compreensão à luz da racionalidade tecnopositiva, que se detém firmemente na realidade factual.

Desta forma, este artigo optou por tal abordagem que concedeu aos pesquisadores um entendimento vasto, racional e crítico dos aspectos diversos que cercam a sustentabilidade social e seus objetivos de desenvolvimento sociais, como econômicos, políticos e históricos, assim como as consequências positivas e negativas dela sobre a sociedade.

3.2 – PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

De acordo com Andrade (2010), a pesquisa bibliográfica é um instrumento fundamental e obrigatório, que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas, tendo como etapas a leitura, a identificação dos objetivos, seleção de material e a interpretação das informações adquiridas. Exemplos de tais materiais são revistas, livros, artigos científicos, entre outros.

Em vista disso, neste artigo científico utiliza-se da abordagem de uma extensa análise textual e literária, buscando identificar, agregar, compreender, criticar e classificar textos e publicações de teor acadêmico e científico correlacionados ao tema de sustentabilidade social e seus objetivos de desenvolvimento e tudo que nela engloba, incluindo seus desafios e avanços.

4 – PESQUISA

A pesquisa teve como objetivo identificar, analisar e descrever diferentes definições, desafios relacionados à sustentabilidade social e os respectivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável envolvidos neste determinado setor da sustentabilidade.

A expressão responsabilidade social admite diferentes visões, como por exemplo, de acordo com Sebrae (2023), a responsabilidade social deve ser tratada com um compromisso contínuo nas organizações. Na visão geral, responsabilidade social se trata de se comprometer com o bem-estar da sociedade, do meio ambiente, lembrando de cumprir suas obrigações legais e econômicas.

O quadro 1 – Conceitos e definições sobre responsabilidade social revela o papel das organizações na promoção da justiça social, inclusão e garantia de direitos. Ao assumirem esse compromisso ético, as empresas fortalecem vínculos com a comunidade, contribuem para a redução das desigualdades e atuam na construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Quadro 1 - Conceitos e definições sobre responsabilidade social

Autores/Ano	Conceitos/Definições
Carroll, 2016	Carroll define quatro tipos de responsabilidades que a sociedade espera das empresas econômica, legal, ética e filantrópica (ou discricionária), estruturadas em forma de pirâmide.
Ashley, 2005	Esse conceito envolve a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais à gestão empresarial e às relações com os diversos públicos de interesse, reconhecendo que a atuação responsável contribui para o desenvolvimento sustentável e para o fortalecimento da legitimidade organizacional.
Instituto Ethos, 2003, <i>Apud</i> Oliveira, 2019	A responsabilidade social empresarial (RSE) ganhou destaque a partir das décadas de 1980 e 1990, com a crescente cobrança social sobre as práticas empresariais, exigindo das organizações não apenas foco no lucro, mas também compromisso ético com o desenvolvimento sustentável, o respeito aos direitos humanos e a transparência nas relações com os diversos públicos de interesse.

SEBRAE, 2023	A responsabilidade social deve ser tratada como compromisso contínuo, integrado à gestão das empresas. Além de melhorar a imagem institucional, ela gera vínculos sólidos com consumidores e contribui para uma sociedade mais ética e justa.
Bittar-Godinho, 2019	No Brasil, empresas utilizam a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) como estratégia de legitimação política, colaborando com o Estado e fortalecendo sua imagem institucional.

Fonte: Os pesquisadores (2025)

O quadro 2 – Objetivos de desenvolvimento sustentáveis relacionados à sustentabilidade social reflete no ponto de vista principal da ONU, sua criadora e principal motivadora, que busca um mundo mais sustentável, justo e igualitário, tendo iniciado sua proposta desde 2015.

Quadro 2- Conceitos e definições sobre os ODS na sustentabilidade social

Autores/Ano	Conceitos/Definições
ONU. 2015	O ODS 1 Busca eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, garantindo condições de vida dignas para todos
ONU, 2015	O ODS 2 visa acabar com a fome, promover a segurança alimentar, melhorar a nutrição e incentivar práticas agrícolas sustentáveis..
ONU, 2015	O ODS 3 tem como objetivo assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar físico e mental para pessoas de todas as idades
ONU, 2015	O ODS 4 propõe garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
ONU, 2015	O objetivo do ODS 5 é alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
ONU, 2015	O objetivo do ODS 6 é garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.
ONU, 2015	O objetivo do ODS 7 é assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

Fonte: Os pesquisadores (2025)

O quadro 3 – Os desafios da sustentabilidade social, de acordo com diferentes autores, refletem um panorama complexo que envolve dimensões sociais, ambientais e econômicas interdependentes que afetam principalmente comunidades vulneráveis e

revelam a necessidade de justiça social como parte integrante do desenvolvimento sustentável.

Quadro 3 - Desafios da Sustentabilidade Social

Autores/Ano	Conceitos/Definições
Herculano, 2017	A sustentabilidade social enfrenta desafios como pobreza, poluição, risco químico, analfabetismo, falta de moradia e de acesso a serviços essenciais, fatores que intensificam o racismo e a injustiça ambiental no Brasil.
Araújo <i>et al.</i> , 2024	A sustentabilidade social enfrenta como desafio o racismo ambiental, entendido como uma forma contemporânea de manifestação do racismo e da discriminação racial nos territórios, o que compromete a equidade, um dos princípios centrais da sustentabilidade social.
Mello; Mello, 2017	A sustentabilidade social enfrenta desafios como desigualdade de renda, falta de acesso a serviços básicos em algumas regiões e degradação ambiental, obstáculos que tornam seu desenvolvimento cada vez mais complexo e multifacetado.
RBJA, 2004, <i>apud</i> Cartier <i>et al.</i> , 2009	A sustentabilidade social enfrenta o desafio da injustiça ambiental, que compromete seus fundamentos de justiça e equidade, pois sociedades socioeconomicamente desiguais destinam a maior carga de impactos ambientais a indivíduos de baixa renda e grupos vulneráveis.

Fonte: Os pesquisadores (2025)

O Quadro 4 – Oportunidades da Sustentabilidade Social apresenta um panorama das diferentes interpretações de diversos autores que acreditam em sua total importância para uma sociedade melhor.

Entre os estudiosos que contribuem para essa análise destacam-se Lourenço e Carvalho (2013), cujas perspectivas ajudam a compreender como a sustentabilidade social pode gerar benefícios para organizações e sociedade.

Quadro 4 - Oportunidades da Sustentabilidade Social

Autores/Ano	Conceitos/Definições
Lourenço; Carvalho, 2013	A sustentabilidade social é uma oportunidade estratégica dentro da abordagem <i>Triple Bottom Line</i> , que propõe a integração equilibrada entre os aspectos social, econômico e ambiental. Essa ferramenta amplia a forma de avaliar o desempenho organizacional, indo além do lucro e incentivando práticas que conciliem justiça social, preservação ambiental e prosperidade econômica. Ao adotar essa abordagem, as organizações fortalecem seu valor no mercado e sua responsabilidade com a sociedade e o meio ambiente..
Labuschagne; Brent; Claseen, 2005; <i>apud</i> Sarkis; Helms; Hervani, 2010; <i>apud</i> Lourenço; Carvalho, 2013)	A sustentabilidade social apresenta uma oportunidade valiosa ao promover a participação dos <i>stakeholders</i> , permitindo que suas expectativas e interesses sejam considerados nos processos decisórios. Ao incorporar essas influências, a organização fortalece a transparência, a legitimidade e o alinhamento com a sociedade, contribuindo para decisões mais sustentáveis e responsáveis.
Labuschagne; Brent; Erck, 2004; Labuschagne; Brent, 2005; <i>apud</i> Lourenço; Carvalho, 2013	A sustentabilidade social oferece como oportunidade a valorização dos recursos humanos internos, que devem ser integrados às políticas organizacionais. Ao promover práticas como estabilidade no emprego, contratação justa, saúde e segurança no trabalho e desenvolvimento de capacidades, a organização fortalece a gestão da força de trabalho e contribui para uma cultura corporativa mais sustentável e responsável.

Fonte: Os pesquisadores (2025)

5 – CONCLUSÃO

Este trabalho de pesquisa buscou identificar, analisar e descrever os principais conceitos, desafios e oportunidades da sustentabilidade social no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a partir de ampla e consistente revisão bibliográfica fundamentada em diferentes autores e pesquisas acadêmicas.

Observou-se que a sustentabilidade pode ser compreendida como um processo que integra dimensões sociais, ambientais e econômicas, voltado à preservação do planeta e à promoção da qualidade de vida das presentes e futuras gerações, conciliando crescimento econômico, justiça social e equilíbrio ecológico.

A sustentabilidade social, nesse contexto, representa o eixo que busca garantir inclusão, equidade, diversidade, acesso a direitos fundamentais e bem-estar coletivo, sendo

indispensável para a construção de sociedades mais justas e para a efetividade da Agenda 2030 da ONU.

Os elementos principais da sustentabilidade social, no contexto organizacional, consideram a valorização do capital humano, a gestão responsável de pessoas, a promoção da diversidade e do respeito às diferenças, a equidade de gênero, o fortalecimento comunitário, a responsabilidade socioambiental e o incentivo a práticas éticas que gerem impacto positivo para a sociedade.

A gestão de pessoas, responsável por mediar relações de trabalho, desenvolver talentos, promover inclusão e incentivar práticas éticas, pode contribuir com a chamada responsabilidade social, caracterizada por ações que ultrapassam as exigências legais, envolvendo compromissos voluntários e investimentos em projetos que beneficiem comunidades e promovam a sustentabilidade.

No contexto social, os principais desafios envolvem a desigualdade de renda, a exclusão social, o racismo ambiental, a injustiça ambiental, a degradação ecológica e a falta de acesso a serviços essenciais como saúde, educação, moradia e saneamento, fatores que impactam especialmente as populações mais vulneráveis.

No contexto organizacional, empresarial, os principais desafios envolvem a necessidade de mudança cultural para implementação de práticas sustentáveis, o equilíbrio entre lucro e responsabilidade social, a capacitação de profissionais especializados, a resistência a transformações estruturais e os riscos de práticas superficiais como o *greenwashing*.

Por outro lado, a pesquisa evidenciou diversas oportunidades. No campo social, a sustentabilidade social contribui para a redução das desigualdades, o fortalecimento de políticas públicas e a promoção do bem-estar coletivo. Já nas organizações, pode gerar valor compartilhado, fortalecer a reputação institucional, atrair investimentos e estimular uma cultura empresarial mais ética e inclusiva.

Muitas são, contudo, as oportunidades de promoção de ambientes corporativos mais conscientes, a criação de valor compartilhado entre empresas e sociedade, e a possibilidade de estimular mudanças culturais que priorizem a equidade e a preservação ambiental.

Assim, a sustentabilidade social se apresenta não apenas como um conceito teórico, mas como um instrumento prático capaz de transformar a realidade das organizações e da população, promovendo um desenvolvimento integrado e duradouro.

Descobriu-se que sua efetiva implementação depende do engajamento conjunto entre Estado, sociedade e organizações, sendo mais do que uma obrigação ética: trata-se de uma estratégia essencial para o desenvolvimento sustentável do Brasil e do mundo.

REFERÊNCIAS

ABDO, Arlette. Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas: Como conciliar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com as operações de serviços hospitalares?. 2023. **Tese de Mestrado** (Desenvolvimento sustentável, Hospitais e Responsabilidade Social da Empresa Serviços de Saúde). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP). São Paulo, 2023.

ANDION, Carolina; ALPERSTEDT, Graziela Dias; GRAEFF, Júlia Furlanetto. Ecossistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 181-200, 2020.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

ARAÚJO, I. L. F.; GODOI, A. C. R. DOS S.; RIBEIRO, L. P.. Racismo ambiental, mineração e saúde mental da população negra. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, n. 6, p. e00045324, 2024.

ASHLEY, Patrícia Almeida (org.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2005

BARBIERI, J. C.; SILVA, D. DA. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. RAM. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 3, p. 51–82, jun. 2011.

BITTAR-GODINHO, Juliana de Souza. **Governança e internacionalização de empresas estatais chinesas**. Tese de Doutorado (Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo (FEA-USP), São Paulo, 2019.

BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: o que é – o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. Élisée - Revista de Geografia da UEG, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 259–265, 2016. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/5055>. Acesso em: 20 ago. 2025

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade para a gestão empresarial**. Instituto Ethos, v. 19, 2013.

CAMPOS, Livia Rezende Miranda et al. **A revisão bibliográfica e a pesquisa bibliográfica numa abordagem qualitativa**. Cadernos da FUCAMP, v. 22, n. 57, 2023.

CARTIER, Ruy et al. **Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental**. Cadernos de Saúde Pública, v. 25, n. 12, p. 2695–2704, dez. 2009.

CARROLL, Archie B. Carroll's pyramid of CSR: taking another look. **International journal of corporate social responsibility**, v. 1, n. 1, p. 3, 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Ed. Compacta. Rio de Janeiro: Campus, 2000. (cap. 1 e 2).

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**, Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

COSTA, Silvia Moreira. Contratos como forma de atingir métricas de ESG. 2023. **Monografia de Especialização (Especialização em Direito Contratual)** – Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/39813>. Acesso em 20 ago. 2025

DA CUNHA, Márcio Henrique Marques; DE OLIVEIRA, Oderlene Vieira. Apiário organizacional do meio ambiente: instrumento de mensuração do nível de gestão ambiental. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 13, n. 3, p. 24-42, 2019.

FERREIRA, Rafael Batista et al. Greenwashing: Dos conceitos à tendência da literatura científica global. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 14, n. 2, p. 215-233, 2019.

FISCINA, L.. Sustentabilidade: um conceito de organização social das ordens de conservação e transformação do mundo. **Psicologia USP**, v. 33, p. e200207, 2022.

GADOTTI, Moacir. **Educar para sustentabilidade: uma contribuição à Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

GUIARRARA, Paloma. "ONU – Organização das Nações Unidas"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/onu.htm>. Acesso em 20 de agosto de 2025.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania. Racismo ambiental, o que é isso. Rio de Janeiro: **Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE**, p. 2022-02, 2006.

LABUSCHAGNE, C.; BRENT, A. C.; CLAASEN, S. J. Environmental and social impact considerations for sustainable project life cycle management in the process industry. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, n. 12, p. 38-54, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOURENÇO, Mariane Lemos; CARVALHO, Denise M. W. Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável. RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia. [S.l.], v.12, n.1, p.9-38, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/2345>. Acesso em 20 ago. 2025

Marujo, Marcelo e Galdino Mary. **Sustentabilidade**. 2022 ed. Rio de Janeiro: Instituto de Ciência, Tecnologia e de Inovação Sustentável Global, 2022.

MELLO, M. F. DE .; MELLO, A. Z. DE. Uma análise das práticas de Responsabilidade Social e Sustentabilidade como estratégias de empresas industriais do setor moveleiro: um estudo de caso. **Gestão & Produção**, v. 25, n. 1, p. 81–93, jan. 2018.

NASCIMENTO, E. P. DO. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51–64, 2012.

ONU Brasil. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. UN Brasil – ONU no Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 20 ago. 2025

PUPPIM DE OLIVEIRA, José Antônio. Empresas na sociedade. **Sustentabilidade e**, 2008.

RODRIGUES, Cicera Sineide Dantas. Tessituras da racionalidade pedagógica na docência universitária: narrativas de professores formadores. **Tese (Doutorado em Educação)**. 259f. Universidade Estadual do Ceará, 2016. Fortaleza, 2016.

SAP CONCUR. **Entenda os principais desafios da sustentabilidade empresarial**. Blog SAP Concur, 23 dez. 2022. Disponível em: <https://www.concur.com.br/blog/article/entenda-os-principais-desafios-da-sustentabilidade-empresarial>. Acesso em: 21 ago. 2025.

SCHROEDER, Jocimari Tres; SCHROEDER, Ivanir. **Responsabilidade social corporativa: limites e possibilidades**. RAE eletrônica, v. 3, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.

SILVA; A.M.M.; LOPES, W.G.R. **Virtudes e falácias do marketing verde e consumo sustentável: A percepção de servidores públicos de instituições de ensino em Teresina, Piauí**. REDE– Revista Eletrônica do PRODEMA, Fortaleza, v.8, n.2, p.77-91, 2014.

SILVA, Roberta. **Sustentabilidade no RH: importância e ações para desenvolver**. Fica a Dica RH – Cogna Empresas, 10 maio 2024. Disponível em: <https://ficadicarh.cognaempresas.com.br/sustentabilidade-no-rh>. Acesso em: 23 ago. 2025.

ZHAO, Meng. CSR-based political legitimacy strategy: Managing the state by doing good in China and Russia. **Journal of business ethics**, v. 111, n. 4, p. 439-460, 2012.